



A PEC 241/16 quer acabar com a educação e os serviços públicos

Governo Temer pretende congelar por 20 anos os gastos com saúde e educação em detrimento do lucros dos bancos

O governo interino de Michel Temer quer acabar com a educação e a saúde pública para satisfazer os financiadores e apoiadores do golpe, que pretendem privatizar e lucrar com serviços que hoje são gratuitos para a população.

Com esse objetivo, apresentou ao Congresso a Proposta de Emenda à Constituição nº 241/2016, a qual já foi aprovada na CCJ. A PEC 241 prevê limitação absurda no orçamento por um período extremamente longo: duas décadas! Nesse período não devem haver abertura de novas vagas, cursos, câmpus e concursos públicos. Além disso, com esse congelamento, a própria folha de gastos das

instituições se tornam insustentáveis e os todos os direitos conquistados, como a própria estabilidade dos servidores, ficam ameaçados diante do teto que estará imposto na constituição.

Para quem estuda ou trabalha nos Institutos verá seu total sucateamento e definhamento. Pois, se para 2017 vai faltar quase a metade de recursos necessários para o funcionamento dos Institutos Federais (R\$ 1,6 bilhão), com a PEC faltarão recursos para as Universidade e Institutos até 2037. Essa limitação orçamentária, pode decretar o fim da educação pública, fortalecendo a lógica do lucro da iniciativa privada com o setor.

Como funciona? Quais os impactos para alunos e servidores?

A PEC 241 pretende desvincular do orçamento da União os mínimos constitucionais de investimento em saúde e educação, utilizando-se do orçamento de 2016 como base para os próximos 20 anos. Já a partir de 2017, o investimento nos serviços públicos não poderá ultrapassar a inflação acumulada (IPCA) no ano anterior, o que garantirá um incremento de recursos destinados ao pagamento da dívida.

Assim, mesmo que haja demanda, não será possível oferecer mais serviços, como novos cursos, projetos e vagas. A

própria folha de pagamento dos servidores, que aumenta mesmo sem novos contratados devidos às qualificações ou progressões, não poderá crescer além da inflação. Logo, cortes precisarão ser feitos em gratificações, RT, RSC, progressões, incentivos à qualificação, na carreira e no próprio RJU dos servidores.

Para os estudantes faltarão equipamentos novos, visitas técnicas, política de assistência estudantil e perspectiva de continuar seus estudos nos institutos e universidades públicas.

Por que a alteração será na constituição?

A Carta Magna do Brasil, a Constituição Federal de 1988, está acima das leis que definem os direitos e conquistas de categorias. Com a aprovação da PEC será criada uma trava constitucional para as despesas da União. A consequência imediata

será o definitivo abandono dos preceitos progressistas que garantem saúde e educação como direitos de todos e dever do Estado, afinal, como consequência da PEC 241, a própria Constituição trará em si os limites absolutos para a oferta desses serviços públicos.

Unir o povo para lutar em defesa de direitos!

A Emenda Constitucional 241 pretende resolver um problema que não foi criado pelo investimento em saúde e educação, mas pelos altos juros e a dívida pública. Os gastos com a dívida são 12 vezes maiores do que com a educação e consomem quase metade do orçamento da união.

Enquanto não houver auditoria da dívida - prevista na constituição desde 1988 - os bancos continuarão com altos

lucros e a população continuará sendo penalizada com cortes nos serviços públicos.

É hora de lutar para dar uma resposta a esse governo golpista que quer privatizar o direito à educação e ao serviço público. **O Sintietfal convoca todos a se somarem às manifestações, paralisações e greves em defesa dos direitos da classe trabalhadora.**